



SEMINÁRIO EMPREGO PARA JOVENS – Rede Interamericana para Administração Laboral (RIAL)

PAINEL 5: “ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO LABORAL DOS GRUPOS JOVENS MENOS FAVORECIDOS”

PERGUNTAS:

Que parâmetros se utilizam para definir as populações alvo?

- A SEPPIR baseia a formulação das políticas públicas com recorte étnico (incluindo os respectivos programas, projetos e ações) em análises e indicadores sociais produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e agências do sistema ONU, por centros de pesquisa universitária e organizações da sociedade civil.



Quais os mecanismos adotados para promover a participação dos jovens menos favorecidos na definição de políticas, programas e ações de inclusão laboral?

- a. O Governo Brasileiro implementou, ao longo dos últimos anos, vários instrumentos de consulta à sociedade civil com o objetivo de subsidiar a formulação das políticas públicas orientadas para segmentos específicos da população.
 - b. O principal instrumento de participação social na definição das políticas, programas, projetos e ações são as “conferências temáticas nacionais”. Estas conferências são precedidas pelas conferências municipais e pelas conferências estaduais.
 - c. Estas conferências, inclusive e da juventude e a da promoção da igualdade racial, produziram um elenco de propostas que serviram de base para a construção de “planos de ação” que subsidiam a atuação do governo, de forma transversal, na formulação do Plano Plurianual (PPA).
 - d. Além das “conferências” o governo dispõe de canais institucionais de diálogo, interação e consulta, principalmente através da Secretaria Geral da Presidência República e das Secretarias Temáticas, dentre as quais destacam-se: A Secretaria Nacional de juventude (SNJ); a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).
-



Que resultados foram obtidos em matéria de inclusão laboral de jovens menos favorecidos no mercado de trabalho?

1. Sob o ponto de vista étnico-racial foram formuladas e se encontram em fase de implementação as seguintes políticas
 - a. Programa 1º Emprego – Consórcio Social da Juventude Quilombola;
 - b. Programa 1º Emprego – Consórcio Social da Juventude de Comunidade de Terreiros;
 - c. Programa 1º Emprego – Consórcio Social da Juventude Hip-Hop.

Obs: estas políticas públicas se desdobraram na esfera dos estados e municípios.

2. Políticas públicas em construção:
 - a. Projovem Adolescente (de 15 a 17 anos)
 - b. Projovem Urbano, do Campo e Trabalhador
-



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Subsecretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Como se pode criar um ambiente propício para promover um desenvolvimento juvenil positivo e o afastamento de atividades e ambientes nocivos relacionados com as gangues? Como poderiam as atividades de emprego e treinamento apoiar esta meta? São três perguntas?

- a. Investindo na juventude como sujeito e protagonista de direitos e deveres, dentro de um contexto mais amplo de participação social, para além dos estereótipos que marcam a juventude e, em especial a juventude negra da periferia dos grandes centros urbanos.
 - b. Contextualizar os signos e os valores que constituem o processo de formação da identidade social dos jovens negros e pobres, sem partir do pressuposto de que estes grupos estão, necessariamente, vinculados a atividades criminosas.
 - c. Para além das atividades relacionadas ao emprego e ao treinamento é preciso vislumbrar o potencial dos jovens considerando as profundas alterações ocorridas no mercado de trabalho nas últimas décadas e as tendências do mercado de trabalho para o futuro. As atividades relacionadas ao emprego e ao treinamento são importantes porque desenvolvem habilidades, permitem a interação social com os elementos formais da sociedade e se constituem, de uma forma geral, na primeira experiência que o jovem tem com o mercado de trabalho. É necessário, no entanto, pensar no jovem como um empreendedor, alguém capaz de quebrar paradigmas e mudar conceitos e valores, inclusive no mercado de trabalho e na economia.
-



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Subsecretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Que estratégias são utilizadas para prover serviços de educação remedial para jovens que possuem um baixo índice de alfabetização e de habilidades numéricas?

Na esfera governamental pode ser destacado O Programa Brasil Alfabetizado que representa um portal de entrada na cidadania, articulado diretamente com o aumento da escolarização de jovens e adultos e promovendo o acesso à educação como um direito de todos em qualquer momento da vida. O programa enfatiza a qualidade e o maior aproveitamento dos recursos públicos investidos na educação de jovens e adultos e inclui:

- Ampliação do período de alfabetização de seis para até oito meses;
- Aumento de 50% nos recursos para a formação dos alfabetizadores;
- Estabelecimento de um piso para o valor da bolsa paga ao alfabetizador, aumentando a quantidade de turmas em regiões com baixa densidade populacional e em comunidades populares de periferias urbanas;
- Implantação de um sistema integrado de monitoramento e avaliação do programa;
- Maior oportunidade de continuidade da escolarização de jovens e adultos, a partir do aumento de 42% para 68% do percentual dos recursos alocados para estados e municípios.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Subsecretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

O programa se desenvolve a por meio de convênios com instituições alfabetizadoras de jovens e adultos, incluindo os sistemas de ensino municipais e estaduais.

Existe ainda investimento, por parte do ministério da Educação, que sai do orçamento destinado aos sistemas públicos de ensino que oferecem EJA voltada para uma atuação é mais diversificada. Conheça as outras ações em andamento, focadas principalmente na oferta de cursos e material didático.

Cefets - A partir de maio, 15 centros federais de educação tecnológica (Cefets), constituídos em pólos com outras instituições de ensino, abrirão um curso de especialização em educação de jovens e adultos. Ao todo serão 1.500 vagas, 100 em cada centro. A especialização terá carga horária de 360 horas e as aulas serão ministradas entre maio e dezembro deste ano nos pólos. O curso, que é uma iniciativa e tem o apoio financeiro do MEC, será destinado a professores graduados da rede federal pública e dos sistemas de ensino estaduais e municipais que trabalham com EJA. O objetivo desta ação é consolidar o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (Proeja), criado em 24 de junho de 2005, pelo Decreto nº 5.478.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Subsecretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Saberes da Terra – Outro investimento da União na formação de professores começa em maio, com a preparação de docentes para trabalhar no Saberes da Terra: programa nacional de educação de jovens e adultos para agricultores familiares integrada com qualificação profissional. O MEC vai formar 530 educadores, dos quais 60 são professores formadores e 470 cursistas.

Essa formação terá 360 horas, com etapas presenciais e a distância, que acontecerão durante dois anos: 2006 e 2007.

O programa é uma parceria dos ministérios da Educação, Trabalho e Desenvolvimento Agrário, com a cooperação de estados, municípios, organizações não-governamentais e movimentos sociais do campo. A formação dos professores será em serviço, uma vez que as aulas para 5.060 agricultores familiares, com idade entre 15 e 29 anos, também começam em maio. Os recursos da União somam R\$ 10 milhões, dos quais R\$ 6 milhões são do MEC e R\$ 2 milhões de cada um dos outros dois ministérios.

A formação de professores em EJA e o ensino fundamental para os jovens agricultores serão oferecidos nas regiões Nordeste (Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí), Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul), Norte (Pará, Tocantins e Rondônia), Sul (Paraná e Santa Catarina) e Sudeste (Minas Gerais).



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Subsecretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

O Saberes da Terra é dirigido aos jovens que trabalham na agricultura familiar e seu objetivo é desenvolver uma política que fortaleça e amplie o acesso e a permanência deles no sistema formal de ensino oferecendo elevação da escolaridade, qualificação social e profissional. A proposta pedagógica é fundamentada no eixo agricultura familiar e sustentabilidade. A oferta do ensino fundamental tem duração de dois anos, com calendário de aulas de acordo com as atividades agrícolas de cada município e região. Educar na Diversidade - É um curso de aperfeiçoamento oferecido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Iniciou em 3 de abril e se estenderá até 30 de junho deste ano, com duração de 240 horas. Destina-se à formação de quadros nas cinco temáticas da Secad, entre as quais se destaca a EJA, que tem 200 vagas abertas para professores, gestores, educadores populares.

Fazendo Escola - Além de investir diretamente na formação de professores em EJA, o MEC vai repassar este ano R\$ 548 milhões para os sistemas públicos de ensino dos 26 estados, Distrito Federal e 4.305 municípios que oferecem educação de jovens e adultos. Os recursos públicos devem ser investidos em ações que apóiam, sustentam e promovem EJA: livros didáticos específicos para alunos e professores, merenda escolar, material didático, formação continuada e pagamento de professores. Os recursos do Fazendo Escola vão beneficiar este ano 3,3 milhões de jovens e adultos que estão cursando o ensino fundamental e médio em todo o país.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Subsecretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Material didático – Especialmente para os professores que trabalham com EJA, o MEC vai entregar em junho uma coleção de cinco cadernos elaborados pela educadora, escritora e especialista em educação de jovens e adultos Vera Barreto. São 240 mil volumes agrupados em 48 mil kits e mais 6.100 CDs-rom, que serão enviados a diretores de escolas públicas, secretarias estaduais e municipais de educação e coordenadores estaduais de EJA. Os cadernos serão para os professores e os CDs-rom, para as secretarias multiplicar o material e oferecê-lo às suas escolas.

O conjunto de cadernos trata, entre outros pontos, da didática e dos procedimentos que os educadores de EJA devem conhecer para trabalhar com estas classes de alunos, do perfil do público de EJA: o que procura na escola, o que sabe e o que não sabe, as relações com o mundo do trabalho e onde vivem; apresenta estratégias capazes de gerar, desenvolver e manter a sala de aula como um grupo de aprendizagem; aborda quatro instrumentos importantes para a prática pedagógica dos professores: observação e registro; avaliação e planejamento; desenvolvimento de questões, funções e utilidades do cotidiano do professor; orientações e discussões relativas à teoria do conhecimento: como os alunos aprendem e como o professor ajuda ensinando.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Subsecretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Universidades – Além das políticas públicas realizadas diretamente pelo MEC, professores são formados para EJA no ensino superior. Pesquisa do professor Leôncio Gomes Soares, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mostra que das cerca de 1.500 instituições de ensino superior (IES) do país – públicas, privadas, comunitárias – que têm cursos de pedagogia, 16 oferecem habilitação em educação de jovens e adultos. Contando os campi destas instituições, diz o pesquisador, 24 cursos têm habilitação em EJA.

Com a pesquisa em andamento, Soares constatou que existe um crescimento da oferta. Em 2002, nove instituições tinham a habilitação e agora são 16, mas nesse meio tempo também algumas encerraram a oferta. É o caso do campus de Juazeiro da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), que foi pioneiro na área. A habilitação foi suspensa, explica, por falta de interesse dos alunos da pedagogia.

Na UFMG, que criou a habilitação em EJA há 20 anos, ela é oferecida nos dois últimos anos do curso de pedagogia, mas Leôncio diz que é importante estender esta formação para as demais licenciaturas: história, geografia, matemática, química, física, biologia, português e línguas estrangeiras.



Existem iniciativas como o Telecurso 2000, que é uma parceria governo e iniciativa privada, como também iniciativas pontuais de instituições privadas voltadas para os seus trabalhadores.

Como se podem criar alianças entre diferentes sistemas e provedores de serviços para coordenar serviços, incluindo as autoridades que velam pela aplicação da legislação, as cortes, as organizações comunitárias, os programas governamentais, etc.

As alianças podem ser criadas à partir do estímulo à formação de redes transversais de atuação como, por exemplo, os acordos, tratados e convenções do sistema ONU, os planos setoriais em implementação no Brasil (Plano de Políticas para as Mulheres, Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial ...)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Subsecretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Como se ajustam os programas às características locais?

E estrutura de implementação das políticas públicas no Brasil é descentralizada e fortemente influenciada pelos “conselhos municipais” e pelos “conselhos estaduais” responsáveis pela formulação e análise das políticas públicas no âmbito dos municípios e dos estados. Neste sentido os “ajustes” são feitos por estes órgãos de consulta e deliberação.

No âmbito do poder executivo, no que tange a SEPPIR, a ação local se dá através dos órgãos municipais e estaduais de promoção da igualdade racial que se articulam através do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial – FIPIR.
